

A PARTICIPAÇÃO DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA EM MISSÕES DE APOIO À PROTEÇÃO CIVIL (2012-2016)¹

THE PORTUGUESE AIR FORCE PARTICIPATION IN CIVIL PROTECTION SUPPORT MISSIONS (2012-2016)

Susana Cristina Ferreira Marques

Capitão Técnica de Pessoal e de Apoio Administrativo da Força Aérea,
Licenciada (pré-Bolonha) em Gestão e Administração Pública pela Faculdade Técnica de Lisboa
Adjunta do Chefe da Secção de Colocações da Direção de Pessoal da Força Aérea
2614-506 Amadora
sctmarques@emfa.pt

Resumo

A presente investigação é edificada sob a égide das ciências militares e o seu objeto de análise versa sobre a participação da Força Aérea Portuguesa em missões no âmbito da Proteção Civil.

Inserido no tema das missões de interesse público, o objetivo geral desta investigação é identificar e avaliar a eficiência dos meios da Força Aérea Portuguesa empregues na prossecução das missões de apoio a ações de Proteção Civil. Por sua vez, os objetivos específicos consistem em reconhecer as ameaças e o ambiente de risco, identificar os contributos no apoio à Proteção Civil, identificar os meios empregues e a eficiência das suas capacidades nesta tipologia de missões de apoio.

No domínio metodológico, com base numa orientação ontológica construtivista e numa posição epistemológica interpretativista, observam-se factos particulares através de uma estratégia qualitativa.

O modelo de análise desenvolvido alicerça-se através da análise documental, assim como na dimensão concetual e em entrevistas, com base num raciocínio indutivo, tendo em vista a formulação de uma teoria.

Como citar este artigo: Marques, S., 2017. A participação da força aérea portuguesa em missões de apoio à proteção civil (2012-2016). *Revista de Ciências Militares*, novembro, V(2), pp. 391-417.
Disponível em: <http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes>.

¹ Artigo adaptado a partir do trabalho de investigação individual realizado no âmbito do Curso de Promoção a Oficial Superior 2016/17, cuja defesa ocorreu em junho de 2017, no Instituto Universitário Militar.

O resultado deste estudo valida o contributo eficiente da Força Aérea para a garantia dos objetivos do Estado, como a segurança e o bem-estar, através da sua participação em missões de apoio a ações de Proteção Civil.

Palavras-chave: Segurança Nacional, Resiliência, Proteção Civil, Força Aérea Portuguesa, Duplo Uso.

Abstract

Developed under the construct of the Military Sciences; this investigation focuses on the utilization of the Air Force's capabilities in support of Civil Protection imperatives.

The main objective of this investigation is to identify the means involved in the accomplishment of Civil Protection Support Missions under the overarching Missions of Public Interest.

In turn, the specific objectives, inherent to the main objective, consist in detecting threats and risks, identifying the given support, as well as the evaluation of efficient double use of the Air Force capabilities.

In the methodological domain, based on a constructivist ontological orientation and an interpretivist epistemological position, particular facts are observed through a qualitative strategy.

The analysis model and the conceptual dimension were developed evaluating a well-established legal and normative framework, based on an inductive reasoning, in order to formulate a theory.

As a result it is verified that the Air Force contributes efficiently to the achievement of the national objectives through its participation in Civil Protection Support Missions.

Keywords: National Security, Resilience, Portuguese Air Force, Civil Protection, Double Use.

Introdução

A Constituição da República Portuguesa (CRP) determina nos termos do n.º 1 do art.º 27.º que “todos têm direito à liberdade e à segurança” (AR, 2005) e, sendo a sua garantia um pilar fundamental do Estado (Feiteira, 2016, p. 283), deverá ser reconhecida através do desenvolvimento de estratégias e capacidades que visem a sua materialização.

No quadro da globalização, onde a imprevisibilidade e a incapacidade de controlo se constituem como os principais vetores das sociedades contemporâneas (Duarte, 2015, p. 451), a atividade da Proteção Civil afirma-se como um instrumento determinante na salvaguarda de pessoas e bens e, por conseguinte, como garantia da Segurança Nacional.

Na alínea d) do art.º 9.º, a CRP estabelece, como tarefa fundamental do Estado, a promoção do “bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses” (AR, 2005). Por conseguinte, e porque se verifica que o bem-estar das populações representa um pilar fundamental do Estado, os objetivos da Proteção Civil, consubstanciados em prevenir, atenuar e socorrer riscos e apoiar a reposição da normalidade (AR, 2006, n.º1, art.º 4º), ganham relevo na exata medida em que contribuem diretamente quer para esse objetivo, quer para a edificação da resiliência.

A Força Aérea Portuguesa (FA) é por inerência um agente de Proteção Civil (AR, 2006, alínea c) do n.º1 do art.º 46º), integrada no sistema de Proteção Civil. No entanto, a forma abstrata como o cidadão percebe a sua participação nesta tipologia de missões, obriga a uma mudança de paradigma. Nesse sentido, é imperativo examinar a participação da Força Aérea Portuguesa em missões de interesse público, constituindo-se desta forma o nosso objeto de estudo.

Relativamente ao contexto espacial e ao seu elemento funcional, este estudo restringe-se à avaliação das participações da FA ocorridas em Portugal continental, no âmbito da cooperação com a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), entidade responsável pela coordenação dos meios disponíveis. No que respeita ao tempo cronológico, o estudo compreende o período entre 2012 a 2016, sobre o qual ocorreram eventos cuja gravidade e amplitude foram mais significativos.

Inserido no tema das missões de interesse público, o objetivo geral desta investigação é o de identificar os meios e avaliar a sua eficiência na prossecução das missões de apoio a ações de Proteção Civil. Este objetivo implica o desenvolvimento de uma teoria que permita uma visão periférica sobre a eficiência da FA na edificação da Segurança Nacional e da resiliência, como objetivos do Estado. Por sua vez, os objetivos específicos desta investigação, e que são intrínsecos ao objetivo geral, consistem em:

- identificar as ameaças e o ambiente de risco;
- reconhecer a FA como ator para a consecução dos objetivos estratégicos do Estado;
- identificar a tipologia das missões de apoio a ações de Proteção Civil materializadas pela FA;
- identificar os meios da FA empregues nas missões de apoio a ações da Proteção Civil;
- avaliar a eficiência dos meios da FA empregues nas missões de apoio a ações da Proteção Civil.

Tendo em vista a avaliação de factos, a investigação assenta na seguinte questão central (QC): A FA contribui para a melhoria da qualidade de vida dos portugueses através da participação em missões de apoio a ações da Proteção Civil?

Para dar resposta a este propósito colocam-se as seguintes questões derivadas (QD):

- QD1: A FA tem responsabilidades no domínio da Segurança Nacional?
- QD2: A FA intervém na garantia da Segurança Humana?
- QD3: A FA é um meio eficiente no apoio à Proteção Civil?

A investigação adota um raciocínio indutivo tendo por base uma estratégia qualitativa. Por sua vez, o desenho da pesquisa é suportado no estudo de caso no qual os instrumentos de recolha de dados se consubstanciam na análise documental, preferindo-se as fontes primárias e abertas, e em entrevistas.

No que concerne à apresentação dos factos, a organização desta investigação divide-se em cinco capítulos. No primeiro capítulo apresentam-se os móveis da investigação procedendo-se à revisão da literatura, à apresentação do modelo de análise, ao enquadramento metodológico e às técnicas de recolha e tratamento de dados. Este capítulo encerra com o destaque sobre a importância do tema, o contributo esperado e a quem pretende servir.

O segundo capítulo apresenta os riscos e ameaças globais e a sua afetação ao contexto nacional, assim como identifica o quadro legal e normativo existente que valida uma consciência estratégica no reconhecimento do atual ambiente volátil. Este capítulo finaliza com uma síntese a qual pretende dar resposta à QD1.

Por sua vez, o terceiro capítulo visa identificar a forma como a FA contribui, através do duplo uso das suas capacidades, no desenvolvimento do bem-estar das populações e, consequentemente, na garantia da resiliência nacional. Essa contribuição é demonstrada através da identificação das missões de interesse público que efetua e qual o seu compromisso operacional. O capítulo é finalizado com uma síntese na qual se pretende dar resposta à QD2.

No quarto capítulo são apresentados os resultados obtidos relativos ao estudo de caso. Nesse sentido, é efetuada a análise qualitativa das entrevistas realizadas na FA e na ANPC. Decorrente dos resultados obtidos, é apresentada uma teoria. Da avaliação das entrevistas e da teoria formalizada, o capítulo pretende dar resposta à QD3 e à QC.

A conclusão efetua o sumário das linhas do procedimento metodológico adotado, assim como a validação dos resultados obtidos relativamente aos objetivos geral e específicos propostos, reforçando as respostas às questões central e derivadas. Neste capítulo demonstra-se ainda o contributo da investigação para o conhecimento, assim como se propõem linhas de investigações futuras.

1. Estudo do Tema e Revisão da Literatura

“Uma pergunta elementar é uma pergunta que atinge o magma mais profundo da nossa perplexidade individual e coletiva com a transparência técnica de uma fisga.

Foram assim as perguntas de Rosseau; terão de ser assim as nossas”.

Santos (2010, p. 8)

A presente investigação pretende dar resposta à recomendação inserida na dissertação de mestrado do tenente piloto aviador João Franco que instiga estudos que permitam “sensibilizar os militares da FAP [Força Aérea Portuguesa] e a população em geral, de forma a aumentar a consciência das áreas de atuação da FAP, do seu produto e do contributo que cada um tem para a obtenção do mesmo” (2014, p. 61). O autor conclui no âmbito da sua investigação que “o produto da Força Aérea estende-se para além do simples cumprimento da sua missão operacional; existem mais atividades e processos, (...) e não existe uma *Organizational Self-Awareness*” (2014, p. 60). Nesse sentido, pretende-se desenvolver uma consciência organizacional efetiva sobre a influência da FA nos ativos intangíveis nacionais nos domínios da segurança, proteção e confiança.

A pertinência e importância da investigação em apreço também se sustenta em estudos no âmbito das ciências militares. Assim, para o estudo sobre a segurança e as FFAA apresentam-se os trabalhos “A Evolução do Conceito de Segurança e as Implicações nas Operações Militares no Séc. XXI” (Reboredo, 2010) e “O conceito de segurança alargada e o seu impacto nas missões e organização das Forças Armadas” (Viana, 2003). No que diz respeito à Proteção Civil e às FFAA destacam-se os trabalhos “O Dispositivo e as Capacidades das Forças Armadas na resposta a situações de Crise decorrentes de catástrofe ou Calamidade Pública” (Henriques, 2009), “As Forças Armadas e a Proteção Civil no âmbito Nacional e Regional” (Ramalhe, 2010) e “O Exército Português nas Operações de Apoio Civil” (Mateus, 2014). Relativamente ao duplo uso dos meios militares destaca-se o trabalho “Forças Armadas: Recursos Logísticos de Interesse Dual” (Rainha, 2013).

Esta investigação visa igualmente responder ao preconizado no CEDN que pretende fomentar junto dos cidadãos o conhecimento e a utilidade da organização militar (CM, 2013). Nesse sentido, demonstrar o emprego das capacidades da FA em missões de apoio a ações de Proteção Civil é corroborar a sua utilidade, fora do tradicional paradigma puramente belicista.

1.1. Modelo de Análise, Estratégia e Desenho de Investigação

De forma a sustentar as questões central e derivadas, os conceitos-chave que suportam o modelo de análise são a “Segurança Nacional”, a “Resiliência” e o “Duplo Uso”. Pela sua complexidade, interação e interdependência, estes conceitos vão sendo explorados ao longo da investigação, para uma articulação entre o estado da arte e a validação das variáveis. Para

os conceitos enunciados, definiram-se as seguintes dimensões: *safety*, missões de interesse público, e dois dos três ciclos da atividade de Proteção Civil: prevenção e socorro.

O posicionamento face ao objeto de estudo é diferente no que respeita à sua dimensão ontológica e epistemológica. No segundo e terceiro capítulos verifica-se a posição ontológica construtivista na medida em que a dinâmica associada às questões e fenómenos sociais, como são as questões relativas à segurança, à *safety* e à FA como ator, prendem-se, tal como Bryman preconiza, com as interações entre os atores sociais e entre estes e a envolvente (Bryman, 2012 cit. por IESM, 2016, p. 18). A identificação do quadro legal e normativo permite verificar que estão sujeitas a esta dinâmica visto que “vivem num certo meio social sobre o qual se modelam e cujas particularidades se adaptam” (Cunha, s.d., cit. por Gouveia, 2012, p. 82). Por sua vez, a análise efetuada no capítulo quatro é sustentada pela posição epistemológica interpretativista adotada na medida em que a análise das entrevistas depende inevitavelmente da subjetividade do investigador (Morgan e Smircich, 1980, cit. por IESM, 2016, p. 20), com o objetivo de compreender o fenómeno de estudo em toda a sua dimensão.

O tipo de raciocínio adotado é o indutivo, no qual se estudam factos que, devidamente articulados entre si, permitem dar resposta às questões formuladas e à construção de uma teoria.

De forma a restringir os possíveis âmbitos de análise, o desenho de pesquisa é o estudo de caso. Segundo Bell (1997, pp. 23-24) este tipo de desenho revela-se pertinente na medida em que permite ao investigador avaliar uma organização em particular, destacando as suas características únicas e específicas, expor o modo como se articula com o ambiente onde se insere, e permitir a construção de uma teoria. Desta forma, o estudo circunscreve-se à FA e à sua participação junto da ANPC, no território continental Português. Por sua vez, a pretensão do investigador na construção de uma teoria sustenta-se em Flick (2005, pp. 238-239) que defende que a sua construção obedece a critérios como os da confirmabilidade, auditabilidade, autenticidade e utilização.

Relativamente à estratégia de investigação opta-se por uma abordagem qualitativa sendo os instrumentos privilegiados a análise documental e a entrevista. Moreira (1994, p. 102) afirma que, apesar da recolha de dados se alicerçar em dimensões qualitativas, isso não significa que se devam evitar elementos quantitativos, pelo que a inclusão de dados descritivos e quantitativos resulta como suporte aos fundamentos qualitativos. Esta investigação corrobora esta posição pelo que nos capítulos três e quatro se materializa quantitativamente a participação da FA.

1.2. Recolha, Análise e Tratamento de Dados

A recolha de dados consubstancia-se na análise documental e em entrevistas. Sobre a análise documental é dada total preferência às fontes primárias e abertas, de cariz nacional, para que os resultados da investigação possam ser consultados, sem restrições, por todos

os destinatários. No que concerne às entrevistas, os destinatários são exclusivamente militares e foram escolhidos de entre a pertinência do cargo que desempenham ou pela experiência adquirida, sendo a tipologia de entrevista a semiestruturada. Os entrevistados são o tenente-general Alfredo Cruz², Diretor da revista Mais Alto; o coronel João Pereira, Chefe da Divisão de Operações do Estado-Maior da Força Aérea³ (EMFA); o coronel Martins Lavado, representante do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) na ANCP; o major André Simões, 2º Comandante do Centro de Treino de Sobrevivência da Força Aérea⁴ (CTSFA); o major Jorge Marques da Direção de Infraestruturas⁵ (DI) e o sargento-mor da especialidade Operadores de Sistemas de Assistência e Socorros⁶ (OPSAS), SMOR Luís Batista.

No que respeita a análise dos dados e tendo em conta a abordagem qualitativa, Moreira (1994, pp. 101-103) perspetiva que se impõe uma atitude diferenciada por parte do investigador na medida em que exige flexibilidade e envolvimento na forma como estabelece as relações sobre os eventos em análise. Assim, e embora fazendo parte dos quadros da FA, a perspetiva do investigador foi manter o denominador da investigação focado na aferição da eficiência dos meios da FA nas missões em estudo.

O tratamento de dados obtidos das entrevistas teve como referência os eixos definidos para sua estrutura. O objetivo do investigador é identificar a convergência e divergência das opiniões face aos factos quantitativos apurados e extrair conclusões.

2. Da Consciência Nacional sobre a Segurança e a *Safety*

“Incapaz de gerir bem a inédita complexidade da presente globalização, este novo século começou mal, carregando já nestes primeiros anos um cortejo de indiscrimináveis violências, situações de terror múltiplo e geograficamente disperso, crises económicas e financeiras demolidoras e um desejável progresso social preocupantes efeitos numa grande descredibilização da ação política”.

Sampaio (2016)

O contexto nacional é indubitavelmente afetado pelos riscos e das ameaças globais. Do reconhecimento de que estes riscos e ameaças têm natureza diversa, resulta ser fundamental identificar se existe uma consciência estratégica para colmatar os seus efeitos e quais os

² Desempenhou na sua carreira, entre outras, funções de Comandante da Esquadra de Helicópteros 752 – PUMA, Comandante Operacional dos Açores e Comandante Operacional da Força Aérea.

³ Esta Divisão tem como funções, entre outras, analisar o contexto de segurança e definir os requisitos, nomeadamente do seu sistema de forças e dispositivo.

⁴ O CTSFA é composto, entre outras, pela Esquadrilha de Defesa Nuclear, Biológica, Radiológica e Química (EDNRBQ) a quem compete ministrar conhecimentos e treino sobre defesa contra ataques de natureza Nuclear, Radiológica, Biológica e Química.

⁵ A DI efetua a gestão e articulação das Máquinas de Rasto da FA pelos seus diversos projetos de infraestruturas.

⁶ Especialidade da FA cuja função passa pelo auxílio na prevenção e combate a incêndios em aeronaves, armamento, instalações e terrenos, bem como no salvamento de pessoas envolvidas em acidentes.

seus instrumentos. Neste capítulo pretende-se demonstrar que a FA tem um papel factual na garantia da Segurança Nacional e do bem-estar da população.

2.1. A Garantia da Segurança Nacional no Atual Contexto Estratégico

A percepção sobre o atual contexto estratégico, incerto e complexo, permite problematizar sobre o conceito de Segurança Nacional, sendo que para a sua definição é imprescindível considerar: o sujeito protegido, os bens a proteger, a intensidade da perturbação realizada e as estruturas e os meios que a asseguram (Gouveia, 2015a, p.134). Estes critérios validam o conceito de Segurança emanado pelo Instituto de Defesa Nacional que menciona que trata da:

[...] condição da Nação que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência em paz e em liberdade, assegurando a soberania, independência e unidade, a integridade do território, a salvaguarda coletiva de pessoas e bens e dos valores espirituais, o desenvolvimento normal das tarefas do Estado, a liberdade de ação política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das instituições democráticas.

Carvalho (2009, p. 16)

Ainda sobre o conceito de Segurança, Pedro Clemente (2015, p. 95) define-a como a tranquilidade resultante da ausência de perigo. O autor ressalva ainda a importância de distinguir os conceitos de segurança e *safety*. Por um lado, o autor menciona que a segurança tem correspondência do termo inglês *security* que significa “*freedom from fear*” (Gouveia, 2013 cit. por Clemente, 2015, p. 95); por outro lado, o conceito *safety* está relacionado com as ações de Proteção Civil, contra calamidades, naturais ou provocadas pela ação humana.

Apesar desta diferenciação de conceitos, é comum aceitar-se que a Segurança Nacional seja o somatório entre *security* e *safety* pois o seu objetivo último é garantir a total integridade de pessoas e bens.

2.2. A Desterritorialização dos Riscos e Ameaças

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) refere que o atual contexto resulta de acontecimentos inesperados como a crise económico-financeira e a emergência de novos atores. O mesmo documento identifica como riscos e ameaças à segurança global as seguintes variáveis: o terrorismo transnacional, a pirataria, a criminalidade transnacional, a proliferação de armas de destruição massiva, a multiplicação de Estados frágeis e de guerras civis, os conflitos regionais, o ciberterrorismo e a cibercriminalidade, a disputa por recursos naturais escassos, os desastres naturais e a mudança climática.

Para o contexto nacional, o documento identifica os mesmos riscos de natureza global sendo que relativamente aos riscos e ameaças de natureza ambiental, menciona que se deverá melhorar a capacidade de prevenção, adaptação e resposta rápida (CM, 2013).

Sendo a dimensão do alcance sobre os riscos e ameaças reconhecidamente global, repercutindo-se inevitavelmente no contexto português, pode-se afirmar que se está perante uma desterritorialização das ameaças (Garcia, 2015, p. 100).

É sobre este alcance global dos riscos e ameaças que se levanta a questão relativa a quem são cometidas as responsabilidades na garantia da Segurança Nacional. Sobre esta temática, o General Garcia Leandro defende que:

[...] a segurança já não é um dado adquirido em nenhuma parte do globo e deve ser trabalhada e garantida por todos, todos os dias, a Defesa já não pode ser isolada, ela é apenas uma parte da Grande Segurança que a todos diz respeito, onde se tem de integrar de um modo muito sério a questão dos grandes desastres da natureza.

Leandro (2007, p. 12).

Relativamente à questão para que serve a Defesa, o General Loureiro dos Santos menciona que:

[...] o papel das Forças Armadas não se limita à defesa militar do Estado face a ameaças que perfilam contra ele, normalmente no quadro de alianças militares de que participe. Elas constituem também a garantia última da autoridade do Estado, assegurando o funcionamento das instituições democráticas (...) e apoiam e reforçam os serviços de Proteção Civil em situações de emergência (...) para os quais são especialmente preparadas e treinadas.

Santos (2016, pp. 157-158)

2.3. Identificação das Disposições Legais e a Participação da Força Aérea

A garantia da segurança e do bem-estar das pessoas pelas Forças Armadas Portuguesas (FFAA) deverá ser sustentada através de uma consciência nacional e estratégica, refletindo-se através de um quadro legal e normativo que tipifique as responsabilidades institucionais do Estado e dos seus instrumentos.

A identificação de um quadro legal e normativo, extenso e explícito, sobre a participação das FFAA na garantia da segurança, permite aferir dois resultados: existe uma consciência nacional estratégica e a FA é um instrumento para o alcance dos objetivos do Estado.

Assim, nos termos do n.º 2 do art.º 273.º da CRP, a política de defesa nacional tem por objetivos garantir “a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas” (AR, 2005); ao mesmo tempo estabelece, no n.º 6 do art.º 275.º, que “as Forças Armadas podem ser incumbidas, nos termos da lei, de colaborar em missões de Proteção Civil, em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações” (AR, 2005).

Por sua vez, a Lei de Defesa Nacional, define nos termos na alínea f), do n.º 1, do art.º 24.º, que as FFAA “podem ser incumbidas (...) de colaborar em missões de Proteção Civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações” (AR, 2009a).

A Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas nos termos da alínea f), do n.º 1 do art.º 4.º, indica que compete às FFAA “colaborar em missões de Proteção Civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações” (AR, 2009b).

Neste sentido e para dar resposta à QD1 “A FA tem responsabilidades no domínio da Segurança Nacional?”, conclui-se que há uma consciência estratégica efetiva do Estado sobre a importância das capacidades militares, onde se inclui a FA, para a consecução da Segurança Nacional, nomeadamente em missões de interesse público, designadamente as de apoio a ações de Proteção Civil. Desta forma, a FA tem inegavelmente responsabilidades no domínio da segurança.

3. A Força Aérea Portuguesa no Domínio do Interesse Público

“A segurança está na base da construção da condição humana, é a infraestrutura civilizacional, e reveste-se da maior importância para o desenvolvimento de todos os seres humanos e de todas as sociedades”.

Pinto (2015, p. 216)

A consciência global e transversal dos riscos e das ameaças transformou o valor da Segurança Humana de forma inquestionável. Esta consciência obriga ao desenvolvimento de capacidades no sentido de garantir e ultrapassar eventos fraturantes de natureza diversa.

Neste capítulo, e para a aferição da participação da FA no domínio do interesse público, pretende-se identificar os objetivos estratégicos nacionais contundentes à diminuição do ambiente de risco e à garantia da resiliência, assim como a validação da FA como ator para a consecução desses objetivos. Para os primeiros, pretende-se validar o duplo uso das suas capacidades, para o segundo a demonstração qualitativa das missões efetuadas.

3.1. A Segurança Humana e a Proteção Civil

A Segurança Humana ganhou relevo após a Segunda Guerra Mundial pois a garantia do bem-estar e segurança das pessoas assume uma tipologia de dimensões tão diversas como a segurança económica, a alimentar, a sanitária, a ambiental, a pessoal, a comunitária, entre outras (Gouveia, 2015b, pp. 420-421). A Segurança Humana pressupõe a proteção das liberdades vitais das pessoas expostas às ameaças e riscos, de modo a que possam criar sistemas com condições para garantir a sua sobrevivência, dignidade e meios de vida. Pelo exposto, a Segurança Humana tem duplo sentido; por um lado, relaciona-se com a ordem pública e a garantia do cumprimento das leis; por outro, da sua relação com o seu contexto social e natural. A Segurança Humana apela “não só à proteção, como também à prevenção e à habilitação das pessoas para valerem-se a si mesmas em situações de vulnerabilidade” (Amaro, 2008, p. 85).

A questão relativa às pessoas terem de se “valer por si mesmas” remete para a problemática da garantia da resiliência. Sabendo que a resiliência é um “processo através

do qual as pessoas enfrentam ou superam crises e adversidades, ou seja, a capacidade de defesa e recuperação de uma pessoa perante fatores ou condições adversas” (Werner & Smith, 1982 cit. por Magalhães & Faria, 2014, p. 163), de que forma o Estado garante essa resiliência? A resposta encontra-se nas atividades de Proteção Civil.

A Proteção Civil é uma atividade multidisciplinar, cujo foco reside na prevenção, socorro e reabilitação de acidentes graves e/ou catástrofes, e cujas responsabilidades de atuação são transversais a todos os atores da sociedade: entidades estatais, não estatais até ao cidadão propriamente dito.

3.2. Do Duplo Uso das Capacidades Militares

A atual sociedade vive consciente das ameaças e dos riscos tendo a clara percepção de que a segurança é hoje um pilar fundamental das suas vidas. As catástrofes, os desastres naturais e as crises caracterizam a sociedade de hoje como volátil, não linear, onde a mudança contínua é um imperativo. Estes acontecimentos de natureza diversa têm um alcance global sendo que é necessário dar resposta às questões “como fazer?”, “para quê?”, “contra quê?”, “como?” e “com que meios?” (Viana, 2014, p. 369). Neste “século sem bússola” (Moreira, 2014, p. 339), o Estado tem de se organizar, definir um objetivo a alcançar assim como uma estratégia. Estratégia esta que:

[...] é antecipatória e pró-ativa, na sua essência e em sentido lato, consistindo na escolha do melhor caminho para se atingir um determinado objetivo com os meios (de hard e soft power) disponíveis, procurando no jogo dialético minimizar sempre as vulnerabilidades, maximizar as potencialidades e neutralizar as ameaças.

Garcia (2010)

Qual a estratégia nacional, tendo em conta os constrangimentos económicos internacionais e nacionais? Efetivamente deu-se uma mudança de paradigma sobre o uso dos meios militares na sociedade civil, a que o Estado não foi indiferente. Embora o conceito admitido, o duplo uso, tenha sido um conceito inicialmente assumido pela Marinha Portuguesa, o CEDN formalizou a sua adoção incluindo-o na sua estratégia com o objetivo da utilização racional e eficiente dos recursos. Assim, o duplo uso não é mais do que “o emprego dos meios das FFAA no serviço público militar e no serviço público não militar, compatibilizando, em conformidade com o ordenamento constitucional e legal em vigor, o cumprimento das tarefas de serviço público militar com as tarefas de serviço público não militar, potenciando sinergias, assentes na racionalização e complementaridade dos meios e da sua logística” (Palma, 2011).

O CEDN define expressamente que as capacidades militares estão igualmente ao serviço da Proteção Civil e, por consequente, da garantia do bem-estar das populações na modalidade de duplo uso.

3.3. A Força Aérea como Agente de Atuação Efetiva

A relação entre a sociedade e a FA releva uma perspectiva sistêmica e sistemática, onde a adaptação das suas estruturas às necessidades fora do âmbito da defesa militar é, simultaneamente, um imperativo e uma constante.

No que concerne às missões atribuídas à FA pode-se concluir que estão intrinsecamente associadas aos objetivos nacionais. A Lei Orgânica da FA (CM, 2014) define nos termos dos art.º 1º e art.º 2º que a missão principal da Força Aérea é “participar de forma integrada na defesa militar da república, nos termos da Constituição e da lei” assim como, de entre outras, “colaborar em missões de Proteção Civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações”.

O CEDN destaca como objetivos conjunturais a necessidade para a racionalização e rentabilização de recursos, mediante o desenvolvimento de capacidades civis e militares integradas, destacando-se portanto a pertinência do duplo uso.

Do exposto resulta que as missões primárias atribuídas à FA associadas aos objetivos nacionais permanentes e conjunturais consolidam duas questões: uma relativa ao duplo uso dos meios militares ao serviço do interesse público; a outra respeitante à garantia da Segurança Humana como fator de primeira ordem.

3.3.1. As Missões de Interesse Público Efetuadas pela Força Aérea

A missão primária da FA é cooperar, de forma integrada, na defesa militar da República, através da realização de operações aéreas, e na defesa aérea do espaço nacional.

Para esse desiderato concorrem inevitavelmente as características intrínsecas ao poder aéreo. As características e capacidades do poder aéreo são essenciais para o sucesso da sua atuação, pelo que se considera mencionar o Relatório Anual de Atividades de 2015 no qual o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA) indica que:

[...] os desafios atuais, ao nível da Segurança e da Defesa, são caracterizados pela sua globalidade, imprevisibilidade e assimetria. O Poder Aéreo, enquanto fator contributivo para o Poder Nacional, é por si só um meio de excelência na consecução dos objetivos estratégicos nacionais; as suas características, tais como a flexibilidade, o alcance e a velocidade tornam as Forças Aéreas modernas, um dos mais importantes instrumentos da Estratégia de uma Nação. De igual modo, a aplicação do Poder Aéreo nas várias missões de interesse público, tem ainda garantido um serviço público ímpar e insubstituível no apoio às populações e na salvaguarda da Segurança Humana.

EMFA (2016b)

Para além da missão primária, a FA desempenha outras missões que se denominam de interesse público e cuja finalidade é a de contribuir para a segurança e bem-estar da população, e sobre as quais as características do poder aéreo são determinantes.

Quadro 1 – Missões de Interesse Público executadas pela FA

	Aeronaves	2012	2013	2014	2015	2016
Missões de Interesse Público						
Combate à criminalidade e ao tráfico internacional de estupefacientes	P-3C; C-295	9 missões de busca de alvos	92 missões de busca de alvos	Empenhamento de 333:00 HV	Empenhamento de 415:35 HV	Empenhamento de 278:05 HV
Vigilância Marítima (imigração ilegal)	C-295; P-3C	Empenhamento da aeronave C-295, num total de 463:45 HV no âmbito do FRONTEX	Empenhamento da aeronave C-295, num total de 84 missões e 389:00 HV no âmbito do FRONTEX	Empenhamento de 431:00 HV, no âmbito do FRONTEX e do EPN	Empenhamento de 805:40 HV, no âmbito do FRONTEX e do EPN	Empenhamento de 765:10 HV, das quais 623:45 HV no âmbito do FRONTEX e 141:25 HV no âmbito do EPN
Monitorização e Controlo do Espaço Marítimo	P-3C; C-295; EH-101	Empenhamento de 256:20 HV	Empenhamento de 410:35 HV	Empenhamento de 281:40 HV	Empenhamento de 425:00 HV	Empenhamento de 289:00 HV
Controlo e Combate à Poluição	P-3C; C-295	Empenhamento em exercícios e vigilância	Empenhamento de 01:00 HV	Empenhamento de 140:10 HV	Empenhamento de 359:20 HV	Empenhamento de 288:15 HV
Busca e Salvamento	P-3C; C-295; EH-101	Empenhamento de 292:50 HV	Empenhamento de 372:15 HV	Empenhamento de 230:25 HV	Empenhamento de 316:10 HV	Empenhamento de 298:40 HV
Transporte de Órgãos	C-295; P-3C; EH-101; FA-50	Empenhamento de 46:05 HV	Empenhamento de 54:20 HV	Empenhamento de 55:40 HV	Empenhamento de 68:30 HV	Empenhamento de 68:05 HV
Evacuações Sanitárias	C-295; EH-101; FA-50	Empenhamento de 464:20 HV	Empenhamento de 593:20 HV	Empenhamento de 484:15 HV	Empenhamento de 631:20 HV	Empenhamento de 669:20 HV
Evacuações a Navios	P-3C; C-295; EH-101	Empenhamento de 146:30 HV	Empenhamento de 92:10 HV	Empenhamento de 187:25 HV	Empenhamento de 117:20 HV	Empenhamento de 122:45 HV
ANPC	Allouette III; EH-101; C-295; C-130	Apoio ao combate a incêndios e 1 missão de apoio às inundações, na Madeira, num total de 63:50 HV	Apoio ao combate a incêndios, num total de 20 missões e 117:00 HV	Apoio ao combate a incêndios, num total de 15 missões e 14:10 HV	Apoio ao combate a incêndios, num total de 05:50 HV	Apoio ao combate a incêndios, inclusive de apoio na Madeira, num total de 34:50 HV

Fonte: Adaptado de RASI (2013, 2014, 2015, 2016, 2017) e Anuários Estatísticos da FA (2013, 2014, 2015, 2016, 2017).

Deste modo, a tipologia de missões de interesse público executadas pela FA são: o combate à criminalidade e ao tráfico internacional de estupefacientes⁷, a vigilância marítima⁸, a monitorização e controlo do espaço marítimo⁹, controlo e combate à poluição, busca e salvamento, transporte de órgãos, evacuações sanitárias, evacuações a navios e à colaboração com a ANPC, em território continental.

Por conseguinte, torna-se relevante identificar quais os meios aéreos utilizados nesta tipologia de missões para se compreender que os meios aéreos podem ser utilizados em diversos cenários e não somente em ambiente militar.

As horas de voo (HV) empenhadas também têm relevo no sentido de demonstrar que, para a concretização da missão existe implicitamente um aprontamento permanente de pessoal e meios em terra, com a mesma duração.

Neste sentido, o Quadro 1 apresenta a tipologia de missões, os meios empregues e as horas de voo afetas a cada missão.

Para além das missões apresentadas, consideram-se igualmente o empenhamento das equipas cinotécnicas com treinos e cursos ministrados à Polícia de Segurança Pública, à Guarda Nacional Republicana e aos Serviços Prisionais assim como o apoio aos Serviços Regionais de Proteção Civil dos Açores e Madeira.

Por conseguinte, para a resposta à QD2 “A FA intervém na garantia da Segurança Humana?” conclui-se que a FA desenvolve um conjunto de missões de interesse público em distintas dimensões, com o objetivo de desenvolver um sentimento de segurança e proteção, assim como garantir agilidade na resposta ao um evento crítico, de qualquer natureza.

4. ESTUDO DE CASO – A FORÇA AÉREA NAS MISSÕES DE APOIO À PROTEÇÃO CIVIL

“à mais pequena solicitação garantindo Portugal”.
EMFA (2015)

A análise do presente capítulo baseia-se na identificação dos meios da FA empregues nos ciclos de Proteção Civil, assim como na avaliação da sua eficiência. A factualidade em estudo é apreciada à luz das diretivas operacionais, da avaliação qualitativa do empenhamento dos meios e da análise das entrevistas efetuadas.

⁷ Em estrita colaboração com a Polícia Judiciária.

⁸ No âmbito da imigração ilegal e através da *European Patrol Network* - EPN e da Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia – FRONTEX.

⁹ Em colaboração com a Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos no âmbito do projeto Sistema Integrado de Vigilância, Fiscalização e Controlo das Atividades da Pesca – SIFICAP.

4.1. Formas de colaboração no ciclo da Proteção Civil

Os objetivos da Proteção Civil consubstanciam-se em prevenir, atenuar e socorrer riscos e apoiar a reposição da normalidade (AR, 2006, n.º1 do art.º 4º). Para esses objetivos é comumente aceite que existem três ciclos de atuação: prevenção, socorro e reabilitação (Amaro, 2008). No entanto, para este estudo de caso, só será avaliada a participação da FA nos ciclos da prevenção e do socorro, na medida em que a sua intervenção no ciclo da reabilitação é inexistente.

A participação da FA é sustentada por duas Diretivas: a Diretiva Operacional n.º 4/2016 relativa à “Participação das Forças Armadas em Ações de Proteção Civil” do EMGFA (EMGFA, 2016) e a Diretiva n.º 7 relativa à “Participação da Força Aérea em Ações de Proteção Civil” do CEMFA (EMFA, 2016a). No que concerne às formas de colaboração, a Diretiva Operacional Nacional n.º 2 (DON2) da ANPC, relativa ao Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (DECIF), menciona que a FA pode ser empenhada em ações de reconhecimento, de avaliação e coordenação de meios aéreos, sempre que as situações o justifiquem e em função da disponibilidade e prioridade de emprego destes meios militares (ANPC, 2016). A Diretiva Operacional n.º 3 (DON3) da mesma Autoridade, refere que, no âmbito de incidentes Nuclear, Radiológico, Biológico e Químico (NRBQ), a FA pode colaborar nas operações de Proteção Civil através do reconhecimento, deteção e monitorização; da recolha de amostras radiológicas e químicas; da previsão, aviso e *reporting* manual; e da descontaminação coletiva de pessoal e material (ANPC, 2010).

4.1.1. Prevenção

A participação da FA no ciclo da prevenção baseia-se nos simulacros e exercícios conjuntos com a ANPC e outras entidades, de âmbito nacional, distrital e municipal.

Para este ciclo e para o período em estudo, o Quadro 2 identifica os exercícios que a equipa NRBQ da FA participou.

Quadro 2 – Equipas de NRBQ da Força Aérea

Ano	Simulacros/Exercícios	Tipologia
(em regra, anual)	CELULEX	exercício conjunto de forma a garantir a proficiência operacional
2012	Emergências Radiológicas	exercício conjunto relacionado com fontes radioativas
2013	ConvEx 2013	exercício conjunto relacionado com agentes químicos
2016	Equipas DIM RAD	exercício conjunto relacionado com fontes radioativas

Legenda: DIM RAD – Deteção, Identificação e Monitorização Radiológica

Fonte: Adaptado a partir de Simões (2017) e Lavado (2017).

No âmbito do NRBQ Lavado (2017), representante do CEMGFA na ANPC, menciona que a FA é “fundamental para a construção da capacidade nacional pois detém conhecimento e capacidades operacionais”, em estreita colaboração e coordenação com as entidades civis e em apoio total à ANPC. Para legitimar esta capacidade Simões (2017), segundo Comandante do Centro de Treino e Sobrevivência da FA, refere que a FA detém “maturidade técnica”, sustentada no conhecimento, invariavelmente reconhecido, e que permite executar qualquer missão. Outro enfoque dado por Simões foi a “experiência relacionada com o meio aéreo, fator diferenciador relativamente a outras entidades nacionais”.

Por sua vez, o Quadro 3, identifica os exercícios em que foram envolvidas as Secções de Socorro das Unidades da FA.

Quadro 3 – Secções de Socorro das Unidades da Força Aérea

Ano	Simulacros/Exercícios	Tipologia
2013	Base Aérea N.º 11	exercício conjunto de emergência total
2015	Base Aérea N.º 5	exercício conjunto relativo a incêndio florestal decorrente de incidente com aeronave F-16
2016 (abril)	Base Aérea N.º 6	exercício conjunto relativo a um incidente com aeronave EH-101
2016 (dezembro)	Base Aérea N.º 11	exercício conjunto de emergência total

Fonte: Adaptado a partir de Batista (2017) e Lavado (2017).

No que diz respeito à participação em simulacros através das Seções de Socorro das Unidades da FA, Batista (2017), sargento-mor da especialidade de Operadores de Sistemas de Assistência e Socorros (OPSAS), recorda que o “conhecimento técnico especializado no meio aéreo destas equipas é relevante para o domínio civil, sendo bastante valorizado e reconhecido”.

4.1.2. Socorro

Segundo os Relatórios Anuais de Segurança Interna (RASI) de 2012 a 2016, a participação da FA é mais significativa no ciclo do socorro, designadamente no que concerne no apoio ao DECIF, com particular incidência na fase Charlie¹⁰. Uma vez que o empenhamento no apoio ao combate a incêndios, como menciona Lavado (2017), se prende indissociavelmente à dimensão, impacto e severidade dos eventos ocorridos, é relevante identificar o número de ocorrências e área ardida em Portugal continental. Neste sentido pode concluir-se

¹⁰ Período que decorre entre um de julho a trinta de setembro de cada ano.

inequivocamente que o pedido de colaboração é maior ou menor consoante a gravidade das ocorrências, manifestamente visível no total de área ardida. Neste período, os anos de maior incidência de área ardida são os anos de 2012, 2013 e 2016, conforme se verifica no Quadro 4.

Quadro 4 – Número de ocorrências e área ardida em Portugal continental

Anos	Ocorrências (n.º)			Reacendimentos (n.º)	Área ardida (ha)		
	(um janeiro a quinze outubro)				Povoamentos	Matos	Total
	Fogachos (Área <1ha)	Incêndios Florestais	Total				
2012	16 611	4 393	21 004	1 855	48 094	62 085	110 179
2013	14 819	3 525	18 344	2 241	54 856	94 620	149 476
2014	5 806	1 035	6 841	276	8 657	10 831	19 488
2015	12 081	3 247	15 328	1396	23 639	40 216	63 855
2016	10 402	2 677	13 079	963	85 785	74 705	160 490

Fonte: ICNF (2016).

O Apoio da FA no combate aos incêndios traduz-se na disponibilização de meios aéreos e máquinas de rasto (MR), no fornecimento de combustível a aeronaves ao serviço da ANPC, na constituição de Centros de Meios Aéreos (CMA) e na implementação de Zonas de Reforços de Receção Internacionais (ZRRINT). Para uma visão holística sobre o empenhamento da FA, o Quadro 3 representa quantitativamente os meios empregues no apoio a ações de Proteção Civil em território continental.

Do exposto no Quadro 5, pode-se verificar que há uma relação causal entre o número de ocorrências (área ardida) e a participação da FA na medida em que nos anos mais significativos (2012, 2013 e 2016) a participação é mais notória, nomeadamente no reabastecimento de combustível assim como nas HV executadas.

Quadro 5 – Apoio prestado pela FA no âmbito do DECIF

Tarefas	Missões de coordenação de meios aéreos, reconhecimento, vigilância, transporte aéreo de pessoal e equipamentos de combate a incêndios				Apoio às operações de Meios Aéreos	Apoio Específico	Reabastecimentos
	Allouette III	EH-101	C-295	C-130			
Meios					CMA	MR	Combustível
Ano	Hora Voo				N.º Solicitações Realizadas		Litros
2012	50:17	0:00	4:67	8:67	4	2	105.625
2013	110:33	0:00	6,58	0:00	4	1	353.342
2014	0:00	0:00	0:00	0:00	1	0	1.210
2015	4:15	1:33	0:00	0:00	1	0	2.490
2016	0:00	0:00	25:58	8:92	1	2	419.085

Fonte: Adaptado a partir de Lavado (2017).

4.2. Avaliação da eficiência dos meios empregues

No que diz respeito à avaliação da eficiência do emprego dos meios aéreos Cruz (2017), atual diretor da revista Mais Alto, destaca a velocidade, o alcance, o poder de manobra e a mobilidade como características e capacidades excecionais. Estas permitem suprimir os efeitos de uma calamidade, através de uma resposta rápida e flexível, destacando ainda que os meios aéreos disponibilizados divergem consoante a natureza dos riscos e da missão necessária (reconhecimento, vigilância, transporte). Por sua vez, Pereira (2017), Chefe da Divisão de Operações do EMFA, reforça as características do poder aéreo face à eficiência mencionando que “a FA tem rapidez para aceder à zona afetada através da velocidade permitida pelos meios aéreos, é destacável na medida em que pode constituir uma unidade avançada de logística (apoio médico, refeições, entre outros) e capacidade para assumir o comando e controlo das operações aéreas, em situações de catástrofe, podendo coordenar todas as operações através dos seus recursos normais ou mesmo através de comunicações táticas”. Defende ainda que o conhecimento é “o melhor contributo pois a relativamente às operações aéreas, ao nível do planeamento e comando e controlo, e meios aéreos é vasta e eficiente, única no nosso país pelo que os ganhos de eficiência são totais”. Lavado (2017) destaca a FA pelas mesmas características reforçando a sua eficiência com o cumprimento cabal e com sucesso das missões nas quais é solicitada a colaborar. Todos os entrevistados são unânimes na defesa de que a eficiência da FA na construção da resiliência, contribui inequivocamente para a Segurança Nacional.

Por sua vez, e em relação à eficiência do uso das MR, Marques (2017), oficial da Direção de Infraestruturas da FA com grande experiência no empenhamento das MR da FA, defende que estas contribuem inequivocamente para a “salvaguarda e segurança do património nacional futuro, nomeadamente o humano, o económico e ambiental”. Nesse sentido, e na capacidade sobrança dos meios, Marques defende ainda que a proteção das populações assim como os seus bens são garantidos através da “criação de acessos, desmatações, limpezas, perímetros de segurança, contenção e rescaldos de incêndios florestais”.

4.3. A perceção da Força Aérea sobre o seu contributo

Sobre a perceção do contributo da FA as respostas dos entrevistados foram simultaneamente divergentes e concorrentes. Divergentes face à perspetiva da audiência a que se referiam e concorrentes pois as suas conclusões são similares.

Assim, no que respeita à perceção sobre a liderança, Pereira (2017) considera que hoje há maior consciência sobre a participação da FA em missões de natureza civil e de apoio ao bem-estar das populações; já no que diz respeito aos militares que desempenham funções operacionais, Cruz (2017) refere que a consciência é total sendo que a sua motivação e orgulho no desempenho dessa tipologia de missões é completa. Simões (2017) menciona que a capacidade de “compromisso, interoperabilidade, coordenação e articulação de meios” permitem que a FA seja reconhecida por todas as entidades, salientando uma perceção do exterior. Por sua vez, Marques (2017) indica que o pessoal envolvido na manobra das MR é consciente do resultado e importância da sua participação neste tipo de missões de apoio.

4.4. Perspetivas para o futuro

No que diz respeito às capacidades operacionais, as perspetivas para o futuro são otimistas. Relativamente ao empenhamento dos meios aéreos, Pereira (2017) prevê que a FA possibilite missões de vigilância e deteção de incêndios através de veículos aéreos não tripulados (UAV), que implicará menos recursos humanos e financeiros, perspetivando-se uma antecipação no processo de socorro e maior custo-benefício do uso dos meios.

Sobre as capacidades humanas há que relevar o conhecimento nos domínios do NRBQ e do combate a incêndios a aeronaves, amplamente defendidas por Simões (2017) e Batista (2017), respetivamente. Sabendo que a educação é um fator que auxilia a promoção do desenvolvimento e da resiliência, o futuro constrói-se com coesão para que se valorize e potencie as pessoas (Rosa, 2016). Nesse sentido, é consensual entre os entrevistados que o ativo intangível que é o conhecimento pode ser reconhecido, como menciona Lavado (2017), como uma capacidade que a FA, face à sua dispersão geográfica, pode disponibilizar junto da população civil no sentido de desenvolver capacidades individuais. Mais e melhor educação para o cidadão saber fazer e saber agir é fundamental defendendo Batista (2017) que a especialidade OPSAS, ao nível das Unidades, pode contribuir para a edificação dessa capacidade individual e comunitária através de ações de sensibilização

4.5. O produto da Força Aérea como ativo intangível nacional

As características do poder aéreo constituem a FA como uma capacidade cujo produto se projeta para além de meros dados quantitativos. O emprego eficiente dos seus meios nas missões de apoio que lhe são solicitadas, nomeadamente pela ANPC, traduz, indubitavelmente, ativos intangíveis nacionais como os da segurança, da proteção e da confiança coletivas.

A salvaguarda da garantia da Segurança (Humana) verifica-se através das missões de interesse público que efetua, a resiliência desenvolve-se com a prontidão dos seus meios, potenciando um sentimento de confiança da sociedade civil, e o sentimento de proteção resulta da sua capacidade em intervir em todos os objetivos estratégicos nacionais, na dimensão que lhe é cometida. A validação de todos os indicadores em estudo permite teorizar que a FA é um instrumento que valoriza o potencial estratégico nacional porquanto garante ativos fundamentais num Estado de direito democrático.

Neste sentido, para a resposta à QD3 “A FA é um meio eficiente no apoio à ANPC?” conclui-se que a FA colabora eficientemente com a ANPC em planos distintos, nomeadamente através da participação em simulacros e exercícios, do emprego de meios aéreos, da disponibilização de MR, de CMA, de ZRRINT e do ativo intangível que é o conhecimento. Esta validação é factual e simultaneamente demonstrada pelos indicadores qualitativos e pela análise das entrevistas efetuadas.

O apoio da FA à ANPC desenvolve, por um lado, as capacidades de resiliência e a garantia da segurança e bem-estar das populações e, por outro, a Segurança Nacional como um todo. Deste modo, é possível validar positivamente a QC proposta: “A FA contribui para a melhoria da qualidade de vida dos portugueses através da sua participação em missões de apoio a ações da Proteção Civil?”, permitindo teorizar que a FA é um instrumento eficiente e que valoriza o potencial estratégico nacional.

Conclusões

A concretização de missões de interesse público pela FA, como as de apoio a ações de Proteção Civil, traduz uma consciência nacional estratégica sobre a relevância do uso dos meios militares ao serviço da garantia da segurança e bem-estar das populações. Esta consciência permite legitimar a importância da FA para a pertinência do comprometimento das suas capacidades ao serviço da resiliência.

A presente investigação centrou-se na QC “A FA contribui para a melhoria da qualidade de vida dos portugueses através da participação em missões de apoio a ações de Proteção Civil?” sendo que foram desenvolvidas três QD que foram analisadas nos diversos capítulos do corpo da investigação.

No primeiro capítulo demonstrou-se que a investigação foi edificada sob a égide das ciências militares tendo por base um raciocínio indutivo, com vista à formulação de uma teoria. Para o efeito, observaram-se factos particulares através de uma estratégia qualitativa

baseada em análises interpretativas, privilegiando-se o estudo de caso cujos dados recolhidos se consubstanciaram na análise documental e em entrevistas.

No segundo capítulo tratou-se o conceito de segurança tendo em consideração que os fenómenos políticos, diplomáticos, sociais e económicos dos últimos dezasseis anos tiveram um efeito multiplicador na sua dinâmica. A sociedade atual caracteriza-se pelo alcance global dos riscos e ameaças que são de origem diversa: da natureza, do homem ou de ambos. Por conseguinte, a garantia da segurança tornou-se um dos objetivos fundamentais do Estado. Este capítulo explorou um objetivo específico que tratava de identificar as ameaças e riscos, sendo que permitiu compreender a efetiva consciência nacional através dos respetivos instrumentos legais. Neste sentido, e sob a ótica da *safety*, o capítulo um permitiu dar resposta à QD1 “A FA tem responsabilidades no domínio da Segurança Nacional?” visto que foram validadas todas as variáveis designadamente as respeitantes à identificação dos riscos e ameaças, e da implícita e consequente necessidade de dirimir as suas consequências, e da identificação do quadro legal e normativo. Do exposto, conclui-se que a FA tem inegavelmente responsabilidades no domínio da segurança visto que a sua missão também passa pela garantia do bem-estar da população através da afetação imposta pela consciência estratégica nacional dos seus meios em missões de apoio a ações da Proteção Civil.

Por sua vez, no terceiro capítulo, demonstrou-se que o cumprimento de missões de interesse público pela FA contribui para o desenvolvimento e garantia da resiliência nacional na medida em que possibilita ao cidadão a recuperação de um estado de fragilidade para um estado de rotina, através da utilização dos seus meios. Este capítulo explorou dois objetivos específicos: o primeiro tratou de enunciar quais os objetivos estratégicos para a diminuição do ambiente de risco e a garantia da resiliência; o segundo tratou de identificar a FA como ator para a consecução desses objetivos estratégicos. Para o primeiro verificou-se que o desiderato passa pelo desenvolvimento de capacidades integradas e, para o segundo, pela identificação das missões de interesse público executadas pela FA. Neste sentido, o capítulo dois permitiu dar resposta à QD2 “A FA intervém na garantia da Segurança Humana?” pois concluiu-se, através da validação integral das variáveis em estudo e dos objetivos específicos enunciados, que a FA desenvolve um conjunto de missões de interesse público em áreas tão distintas como o combate à criminalidade e ao tráfico internacional de estupefacientes, a vigilância marítima, a monitorização e controlo do espaço marítimo, o controlo e combate à poluição, busca e salvamento, o transporte de órgãos, as evacuações sanitárias, as evacuações a navios e a colaboração com a ANPC, garantindo o desenvolvimento de um sentimento de segurança e proteção, assim como a agilidade na resposta ao um evento crítico, de qualquer natureza.

O quarto capítulo analisou o estudo de caso relativo à participação da FA em missões de apoio a ações de Proteção Civil. Este capítulo posicionou-se no objetivo principal e em dois objetivos secundários: a identificação dos meios da FA empregues nas missões de apoio a ações de Proteção Civil, assim como a avaliação da sua eficiência. O estudo

permitiu dar resposta à QD3 “A FA é um meio eficiente no apoio à Proteção Civil?” na medida em que se concluiu que a FA colabora com eficiência em áreas tão distintas como a participação em simulacros e exercícios, o emprego de meios aéreos, a disponibilização de MR, a disponibilização de CMA e ZRRINT e a partilha do ativo intangível que é o conhecimento. Esta validação é factual e simultaneamente demonstrada pelos indicadores qualitativos e pela análise das entrevistas efetuadas, sustentando a posição epistemológica interpretativista adotada pelo investigador. Nesse âmbito, conclui-se que o seu apoio proporciona inequivocamente a mitigação dos efeitos decorrentes de eventos severos como acidentes graves, catástrofes e/ou calamidades permitindo uma resposta positiva à QC “A FA contribui para a melhoria da qualidade de vida dos portugueses através da sua participação em missões de apoio a ações da Proteção Civil?”.

Analisados os factos relativos à Segurança Humana e à *safety*, às missões de interesse público como contributo para a resiliência nacional, ao emprego dos meios da FA nas missões de apoio a ações de Proteção Civil, pode-se formular uma teoria. Deste modo, e considerando a dinâmica sobre a garantia da melhoria da qualidade de vida dos portugueses, a realidade deve ser vista como um sistema dinâmico cujas variáveis interdependentes como a segurança, a *safety*, a utilização racional e eficiente dos recursos, o duplo uso dos meios, o valor de cada comunidade local para o todo Nação, orientam a estratégia nacional para que a FA colabore e contribua para estes desideratos do Estado. Para além deste racional é ainda importante destacar dois fatores: características e potencialidades dos meios aéreos e ativo humano. A velocidade e o alcance dos meios empregues assim como a motivação e orgulho dos militares pela causa humanitária, são igualmente fatores de relevo que contribuem para o sucesso das missões. Por conseguinte, foi possível teorizar que o emprego dos meios da FA traduz ativos intangíveis nacionais como a segurança, a proteção e a confiança através do cumprimento eficiente das missões de apoio que lhe são solicitadas, designadamente as de apoio à Proteção Civil, pelo que o seu produto valoriza o potencial estratégico nacional.

Os contributos que esta investigação ambicionou foram o desenvolvimento de uma *organizational self-awareness* sobre os ativos intangíveis nacionais que a FA produz através da sua participação em missões de apoio a ações da Proteção Civil; a promoção junto da comunidade académica de um documento relevante que proporcione conhecimento explícito sobre os meios da FA empregues e a sua eficiência ao serviço da Proteção Civil; destacar o conhecimento e a utilidade da FA como instrumento para a estratégia de Segurança e Defesa Nacional. Com a identificação e avaliação dos meios da FA nas missões de apoio a ações de Proteção Civil, pode concluir-se que os contributos foram atingidos.

As recomendações sobre esta temática prendem-se com a necessária divulgação institucional, interna e externa, das missões de apoio a ações de Proteção Civil realizadas, como um ativo de interesse público. A divulgação reveste-se na forma de artigos na Revista Mais Alto, na página da Intranet e Internet do EMFA, numa clara demonstração da afetação dos meios (aéreos, materiais e humanos), assim como a sua demonstração no Anuário da FA e no Relatório Anual de Atividades, valorizando o contributo de todos.

O desenvolvimento deste estudo foi sujeito a alguns constrangimentos no que diz respeito às fontes bibliográficas com classificação documental. Na medida em que se pretendeu manter o estudo como fonte aberta, os documentos militares estruturantes que sustentam a participação da FA só puderam ser enunciados. No entanto, considerando as fontes abertas como o veiculado nos documentos da ANPC, foi possível definir variáveis auditáveis e quantificáveis.

Relativamente a pesquisas futuras neste domínio, há um conjunto de questões que poderão ser exploradas nomeadamente sobre a importância do comando e controlo para as operações aéreas no apoio ao combate a incêndios e qual o contributo que a FA poderia facultar; qual o contributo efetivo que a FA confere aos Serviços Regionais de Proteção Civil dos Açores e da Madeira; que tipo de investimento deveria ser efetuado junto dos sistemas de armas da FA para participar diretamente no combate aos incêndios.

Por todos os factos expostos, conclui-se que a FA é um importante ativo na cadeia de valor para a garantia da *safety* nacional, ou seja, para a melhoria das condições de vida das populações, através da sua eficiente participação em missões de apoio a ações da Proteção Civil, ao abrigo do lema “à mais pequena solicitação garantindo Portugal”.

Referências bibliográficas

- Amaro, A., 2008. Segurança Humana e Proteção Civil na Sociedade do Risco: A Crise do Modelo Estatocêntrico na(s) Segurança(s). *Territorium*, 15. pp. 83-94.
- Assembleia da República, 2005. *Constituição da Republica Portuguesa*. Coimbra: Almedina.
- Assembleia da República, 2006. *Lei de Bases da Proteção Civil* (Lei n.º 27/2006 de 03 de julho, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011 de 30 de novembro e pela lei n.º 80/2015 de 03 de agosto), Lisboa: Diário da República.
- Assembleia da República, 2009a. *Lei de Defesa Nacional* (Lei Orgânica n.º 1-B/2009 de 7 de julho). Lisboa: Diário da República.
- Assembleia da República, 2009b. *Lei das Bases da Organização das Forças Armadas* (Lei Orgânica n.º 1-A/2009 de 7 de julho alterada pela Lei Orgânica 6/2014 de 1 de setembro). Lisboa: Diário da República.
- Autoridade Nacional de Proteção Civil, 2009. *Manual Operacional – Emprego dos Meios Aéreos em Operações de Proteção Civil*. [Em linha] Carnaxide: ANPC. Disponível em: www.prociv.pt, [Consult. em 12 de fevereiro de 2017].
- Autoridade Nacional de Proteção Civil, 2010. *Diretiva Operacional Nacional n.º 3 de 2010, relativa ao Dispositivo Integrado de Operações Nuclear, Radiológico, Biológico e Químico*. [Em linha] Carnaxide: ANPC. Disponível em: www.prociv.pt, [Consult. em 12 de fevereiro de 2017].
- Autoridade Nacional de Proteção Civil, 2016. *Diretiva Operacional Nacional n.º 2 de 2016, relativa ao Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais*. [Em linha]

- Carnaxide: ANPC. Disponível em: www.prociv.pt, [Consult. em 12 de fevereiro de 2017].
- Autoridade Nacional de Proteção Civil, 2017. *Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil*. [Em linha] Carnaxide: ANPC. Disponível em: <www.prociv.pt>, [Consult. em 25 de maio de 2017].
- Batista, L., 2017. *A participação da FA em Missões de Apoio a Ações da Proteção Civil*. Entrevistado por Susana Marques [Presencialmente]. Lisboa, 06 de janeiro de 2017.
- Bell, J., 1997. *Como Realizar um Projeto de Investigação*. Lisboa: Gradiva.
- Carvalho, J., 2009. Segurança Nacional, Serviços de Informações e as Forças Armadas. In: Faculdade de Letras de Lisboa, *Segurança Nacional, Serviços de Informações e as Forças Armadas*. Faculdade de Letras de Lisboa, 28 de maio de 2009. Lisboa: Revista Segurança e Defesa.
- Clemente, P., 2015. *Cidadania, Polícia e Segurança*. Lisboa: ISCPSI.
- Cruz, A., 2017. *A participação da FA em Missões de Apoio a Ações da Proteção Civil*. Entrevistado por Susana Marques [Presencialmente]. Lisboa, 16 de janeiro de 2017.
- Conselho de Ministros, 2013. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional* (Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013 de 5 de abril), Lisboa: Diário da República.
- Conselho de Ministros, 2014. *Lei Orgânica da Força Aérea* (Decreto-Lei n.º 187/2014 de 29 de dezembro), Lisboa: Diário da República.
- Duarte, F., 2015. Sociedade de Risco. In: Gouveia, J. e Santos, S., Ed. 2015. *Enciclopédia de Direito e Segurança*. Lisboa: Almedina. pp. 451-453.
- Escorrega, L., 2009. A Segurança e os “Novos” Riscos e Ameaças: Perspectivas Várias. *Revista Militar*, 8/9 – agosto/setembro. [em linha] Disponível em: <<https://www.revistamilitar.pt/artigo/499>>, [Consult. em 26 de janeiro de 2017].
- Estado-Maior da Força Aérea, 2013. *Relatório Anual de Atividades 2012*, Lisboa: EMFA.
- Estado-Maior da Força Aérea, 2014. *Relatório Anual de Atividades 2013*, Lisboa: EMFA.
- Estado-Maior da Força Aérea, 2015. *Relatório Anual de Atividades 2014*, Lisboa: EMFA.
- Estado-Maior da Força Aérea, 2015. À mais pequena solicitação garantindo Portugal. [Em linha] Lisboa: EMFA. Disponível em: <<http://www.emfa.pt/www/noticia-913>>, [Consult. em 07 de janeiro de 2017].
- Estado-Maior da Força Aérea, 2016a. *Participação da Força Aérea em Ações de Proteção Civil - DIR 07/16*. Lisboa: EMFA.
- Estado-Maior da Força Aérea, 2016b. *Relatório Anual de Atividades 2015*, Lisboa: EMFA.
- Estado-Maior da Força Aérea, 2017. *Relatório Anual de Atividades 2016*, Lisboa: EMFA.
- Estado-Maior-General das Forças Armadas, 2016. *Participação das Forças Armadas em Ações de Proteção Civil - DIROP 04/16*. Lisboa: EMGFA.

- Feiteira, A., 2016. Tendências das Ameaças Globais - Ordem Jurídica Internacional e Intelligence. In Borges, J. e Rodrigues, T., Ed. 2016. *Ameaças e Riscos Transnacionais no novo Mundo Global*. Lisboa: Fronteira do Caos.
- Flick, U., 2013. *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor.
- Franco, J., 2014. *O produto da Força Aérea*. Tese de dissertação de Mestrado em Aeronáutica Militar, na especialidade de Piloto-Aviador. AFA: Sintra.
- Franco, J., 2016. O produto da Força Aérea. *Revista Mais Alto*, 419, pp. 27-34.
- Garcia, F., 2010. *Da Guerra e da Estratégia. A nova polemologia*. Lisboa: Prefácio.
- Garcia, F., 2015. Defesa Nacional. In Gouveia, J. e Santos, S., Ed. 2015. *Enciclopédia de Direito e Segurança*. Lisboa: Almedina. pp. 99-101.
- Gouveia, J., 2012. *Manual de Direito Internacional Público*. Coimbra: Almedina.
- Gouveia, J., 2015a. Direito Constitucional da Segurança. In Gouveia, J. e Santos, S., Ed. 2015. *Enciclopédia de Direito e Segurança*. Lisboa: Almedina. pp. 131-136.
- Gouveia, J., 2015b. Segurança Humana. In Gouveia, J. e Santos, S., Ed. 2015. *Enciclopédia de Direito e Segurança*. Lisboa: Almedina. pp. 418-422.
- Henriques, J., 2009. *O Dispositivo e as Capacidades das Forças Armadas na Resposta a Situações de Crise Decorrentes de Catástrofe ou Calamidade Pública*. Trabalho de investigação individual do Curso de Promoção a Oficial General. IESM: Lisboa.
- Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, 2016. *9º Relatório Provisório de Incêndios Florestais – 2016, 01 de janeiro a 15 de outubro*. [pdf] Lisboa: ICNF. Disponível em: <<http://www.icnf.pt/portal/florestas/dfci/relat/rel-if/2016>>, [Consult. em 17 de dezembro de 2017].
- Instituto de Estudos Superiores Militares, 2016. *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Cadernos do IESM, 8. Lisboa: IESM.
- Lavado, J., 2017. *A participação da FA em Missões de Apoio a Ações da Proteção Civil*. Entrevistado por Susana Marques [Presencialmente]. Oeiras, 09 de janeiro de 2017.
- Leandro, J., 2007. O Estado, o Cidadão e a Segurança. Novas soluções para um novo paradigma. *Segurança e Defesa*, fevereiro, pp. 12-19.
- Magalhães, J. & Faria, L., 2014. Stress e Resiliência - como transformar adversidades em respostas positivas. In: Banceiro, J., Palma, P. e Lopes, M., ed. 2014. *Psicologia para não psicólogos*. Lisboa: Editora RH. pp. 159-178.
- Marques, J., 2017. *A participação da FA em Missões de Apoio a Ações da Proteção Civil*. Entrevistado por Susana Marques [e-Mail]. Lisboa, 23 de janeiro de 2017.
- Mateus, J., 2014. *O Exército Português nas Operações de Apoio Civil*. Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada. AM: Lisboa.
- Ministério da Administração Interna, 2013. *Relatório Anual de Segurança Interna 2012*, Lisboa: MAI.

- Ministério da Administração Interna, 2014. *Relatório Anual de Segurança Interna 2013*, Lisboa: MAI.
- Ministério da Administração Interna, 2015. *Relatório Anual de Segurança Interna 2014*, Lisboa: MAI.
- Ministério da Administração Interna, 2016. *Relatório Anual de Segurança Interna 2015*, Lisboa: MAI.
- Ministério da Administração Interna, 2017. *Relatório Anual de Segurança Interna 2016*, Lisboa: MAI.
- Moreira, A., 2014. O Conceito Estratégico Nacional. In: Barroso, L. e Escorrega, L., 2014. *Estudos de homenagem Abel Cabral Couto*. Lisboa: IESM. pp. 335-340.
- Moreira, C., 1994. *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*. Lisboa: ISCSP.
- Palma, J., 2011. O papel das Forças Armadas nas operações inter-agências de combate às ameaças emergentes em Portugal. *Cadernos Navais*, nº 38 julho, p. 44.
- Pereira, J., 2017. *A participação da FA em Missões de Apoio a Ações da Proteção Civil*. Entrevistado por Susana Marques [Presencialmente]. Lisboa, 20 de janeiro de 2017.
- Pinto, M., 2015. *Perspetivas para uma Sociologia da Ação*. Lisboa: Fronteira do Caos Editores.
- Rainha, J., 2013. *Forças Armadas: Recursos Logísticos de Interesse Dual*. Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2012/2013. IESM: Lisboa.
- Ramalhete, J., 2010. *As Forças Armadas e a Proteção Civil no âmbito nacional e regional*. Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2009/2010. IESM: Lisboa.
- Reboredo, N., 2010. *A evolução do conceito de Segurança e as implicações nas Operações Militares no Séc. XXI*. Trabalho de Investigação Individual do CPOSM 2009/2010. IESM: Lisboa.
- Rosa, M., 2016. O futuro constrói-se com mais e melhor educação. *Jornal Público*, [Em linha]. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2016/09/05/sociedade/noticia/o-futuro-construise-com-mais-e-melhor-educacao-1743164>>, [Consult. em 29 de janeiro de 2017).
- Sampaio, J., 2016. Discurso de agradecimento por ocasião da atribuição do Prémio Nelson Mandela. *Jornal de Negócios*, [Em linha]. Disponível em: <http://www.jornaldenegocios.pt/economia/politica/detalhe/jorge_sampaio_recebe_premio_nelson_mandela> [Consult. em 29 de janeiro de 2017].
- Santos, B., 2010. *Um discurso sobre as ciências*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Santos, L., 2016. *A Guerra no Meio de Nós, A Realidade dos Conflitos do Século XXI*. Lisboa: Clube do Autor.
- Simões, A., 2017. *A participação da FA em Missões de Apoio a Ações da Proteção Civil*. Entrevistado por Susana Marques [e-Mail]. Lisboa, 12 de janeiro de 2017.

- Viana, V., 2003. *O Conceito de Segurança Alargada e o seu Impacto nas Missões e Organização das Forças Armadas*. Trabalho individual de longa duração do Curso superior de Comando e Direção. IAEM: Lisboa.
- Viana, V., 2014. Reflexões sobre o conceito estratégico nacional e sua implementação. In: Barroso, L. e Escorrega, L., 2014. *Estudos de homenagem Abel Cabral Couto*. Lisboa: IESM. pp. 367-384.